



Fls. 100  
Prot. E. 236/20  
Rubr.  
Proc.

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

1.1 - O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de camisetas e bonés, objetivando atender às diversas campanhas relacionadas à Educação no Trânsito do corrente ano, a qual será realizada pela AGETTRAN – Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Dourados-MS, atendendo a obrigatoriedade estabelecida por lei federal através do Código de Trânsito Brasileiro.

### 2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2.1 – A justificativa e objetivo da contratação encontra-se em tópico específico Apêndice “A” do presente termo.

### 3. DA ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

3.1 – A especificação e quantidade constam no Apêndice “C” do presente termo.

### 4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E FORMA DA SELEÇÃO

4.1 – Os serviços a serem executados enquadram-se na classificação para aquisição de bens e serviços comuns, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, podendo ser licitado por meio da modalidade Pregão.

4.2 – A licitação será julgada por item, tipo menor preço.

### 5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1 - Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas que comprove ter a licitante os produtos objeto desta licitação e que atendam às condições exigidas no termo de referencia, bem como no edital e seus anexos, inclusive quanto a documentação exigida para habilitação.

5.2 – Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, apresentação de pelo menos um Atestado ou Certidão fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do signatário e assinatura do responsável legal, que comprove ter a licitante fornecido os produtos objeto desta licitação devendo também informar o nível de satisfação no fornecimento realizado.

5.3 – No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente.

a) Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa proponente.

5.4 – Licença de Funcionamento, Expedida pelo órgão responsável da sede da licitante, no caso do Distrito Federal, a licença deveser fornecida pelas administrações regionais.

### 6. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA (CATALOGO/FOLDERS/MANUAIS E ETC)

6.1 – A Agencia Municipal de Transporte e Transito, **não** exige apresentação de documentação complementar juntamente com a proposta um **catálogo(s) do(s) produto(s) cotado(s)** para analise com especificações descritas no Pedido de Licitação ou Proposta Detalhada, bem como as documentações exigidas para a habilitação no Departamento de Licitação.

6.2 – Será exigida apresentação de documentação complementar? Sim ( ) Não (x)

6.3 – Será exigida para todos os itens? Sim ( ) Não (x)

## 7. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA

7.1 – A Agencia Municipal de Transporte e Transito **não** exige apresentação de amostras para o serviço neste pretendido.

7.2 – Será exigida apresentação de amostra? Sim ( ) Não (x)

7.3 – Será exigida para o item? Sim ( ) Não (x)

## 8. VISITA TECNICA OU VISTORIA TECNICA

8.1 – A Agencia Municipal de Transporte e Transito, **não** exige vistoria ou visita técnica para o item pretendido neste.

8.2 – Será exigida apresentação de visita/vistoria? Sim ( ) Não (x)

## 9. GARANTIA E ASSISTENCIA TECNICA

9.1 – Será exigida garantia? Sim (x) Não ( )

9.2 – Será exigido para todos os itens? Sim (x) Não ( )

9.3 – Será exigida assistência técnica? Sim ( ) Não (x)

9.4 – Será exigida para todos os itens? Sim ( ) Não (x)

### 9.5 Garantia Dos Produtos

9.6 - A empresa vencedora do certame devesse garantir a qualidade e quantidade do especificado neste termo na data da entrega. Caso o produto não esteja de acordo com a descrição, qualidade, quantidade e resolução terá o serviço não aceito.

9.7 - Os Produtos recusados pela contratante deverão ser substituídos, no prazo Máximo de 05(cinco) dias, contados da data na Notificação, correndo por conta da contratada as despesas de devolução dos serviços recusados/em desacordo.

9.8 - Caso os produtos estejam em desacordo ou conflitante com as características estabelecidas a Empresa sujeitar-se-á as penalidades impostas pela legislação.

9.9 – Embora a Prefeitura Municipal de Dourados utilize-se o sistema do comprasnet para aquisição de produtos e serviços, a especificação do produto solicitado deverá ser unicamente o especificado neste **TERMO DE REFERENCIA**.

## 10. CONDIÇÕES DE ENTREGA E EXECUÇÃO

### 10.1 – Da Entrega e Serigrafia

10.1 – Da serigrafia, arte e cores solicitada a empresa vencedora do certame, devesse entrar em contato com a Agetran, na pessoa do Gestor de Educação para o Transito, na Avenida Marcelino Pires nº 3930, no Terminal Rodoviário Renato Lemes Soares, para informações e retirada da arte a ser usada, na data subsequente ao certame, para fins de retirar a arte e informações que se fizerem necessárias referente às estampas, no horário de segunda a sexta feira das 7:30 as 13:30 horas.

10.2 – Os produtos deverão ser entregues na AGETTRAN – Agência Municipal de Transporte e Trânsito, sito à Avenida Marcelino Pires nº 3930, no Terminal Rodoviário “Renato Lemes Soares”, na cidade de Dourados/MS, sendo a mesma recebida por servidor integrante da Comissão Permanente de Recebimento de Mercadorias, caso haja a necessidade de entrega em outro local, a Agetran informara à empresa com antecedência.





10.3 - - O item e a quantidade dos produtos a serem entregues pela vencedora serão conforme o emitido na Autorização de Fornecimento – AF, que se dará conforme a necessidade.

10.4 - Os produtos deverão ser entregues devidamente identificados acondicionados em embalagens lacradas e em perfeitas condições para o armazenamento, sendo que a falta do mesmo implicará no não recebimento deste por parte da Comissão de Recebimento.

10.5 - Quando requisitado a licitante vencedora terá o prazo de 15 (quinze) dias para efetuar a entrega.

10.6 - Substituição das mercadorias deverá ser efetuada em até 05 (cinco) dias corridos a contar da data do Termo de Devolução emitido pela AGETTRAN DOURADOS.

#### 10.7 – Da execução

10.8 - Somente serão aceitos os produtos que por ocasião da entrega, apresentarem a especificação exigida, após a verificação da qualidade e quantidade do produto, bem como a resolução das impressões.

10.9 – Por se tratar de produto que visa propagar as campanhas educativas, o produto deverá ser de extrema qualidade, corte, cores, nitidez da arte, assim como o solicitado neste.

10.10 - Os produtos recusados pela contratante deverá (ão) ser substituído (s), automaticamente, no prazo Máximo de 05 (cinco) dias, contados da data na Notificação, correndo por conta do fornecedor as despesas de devolução dos produtos recusados/em desacordo.

10.11 - Não serão admitidos, para efeito de recebimento, produtos que estejam em desacordo ou conflitante com quaisquer especificações descritas na proposta de Preços.

10.12 - Conforme determina o Artigo 73 da Lei 8.666/93.

10.13 - Os produtos serão recebidos por servidor da Comissão Permanente de Recebimento de Mercadoria.

10.14 - A Agetran reserva-se o direito de não aceitar os produtos que estiverem em desacordo com o previsto neste Termo, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei 8.666/93.

#### 11. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1 - Somente serão recebidos e aceitos os produtos que por ocasião da entrega, apresentarem a especificação exigida, após a verificação da qualidade e quantidade do produto solicitado.

11.2 - Os produtos recusados pela contratante deverão ser substituídos, no prazo Máximo de 05 (cinco) dias, contados da data na Notificação, correndo por conta da contratada as despesas de devolução dos serviços recusadas/em desacordo.

11.3 - Não serão admitidos, para efeito de recebimento, os produtos que estejam em desacordo ou conflitante com quaisquer especificações descritas neste termo, conforme o que determina o Artigo 73 da Lei 8.666/93.

11.4 - - Os produtos serão recebidos por servidor da Comissão Permanente de Recebimento de Mercadoria.

11.5 - A Agetran reserva-se o direito de não aceitar os produtos que estiverem em desacordo com o previsto neste Termo, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 78, 79 e 109 da Lei 8.666/93.

11.6 - Quando da entrega dos produtos, a empresa vencedora deverá, obrigatoriamente, encaminhar os seguintes documentos, sendo as certidões dentro do prazo de validade:

a) 03 (três) vias da AF (Autorização de Fornecimento) encaminhada pela Contratante, que deverão estar devidamente assinadas pela empresa em local apropriado;

b) Nota fiscal gerada pelo fornecimento das quantidades de materiais entregues solicitados na AF, caso a quantidade entregue seja menor da requerida na AF pela Contratante, a Contratada deverá informar por escrito, os motivos de não entrega dos produtos solicitados, os quais se-





rão analisados pela Secretaria requerente e posteriormente será informado à mesma sobre a decisão;

c) Certidões Negativas de Débitos: da União (Secretaria de Receita Federal, INSS e FGTS), do Estado e Município (IPTU e ISS), Certidão Trabalhista. Todas as certidões deverão estar dentro do prazo de validade.

## 12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 – A Agencia Municipal de Transporte e Transito, estima para esta contratação o valor de R\$ 27.901,00 (vinte e sete mil novecentos e um reais) baseado no orçamento média da cotação feito pelo Departamento de Licitação e Compras da Secretaria Municipal de Fazenda.

## 13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas ocorrerão à conta da seguinte Dotação Orçamentaria.

Órgão: 15.00 – Secretaria Municipal de Planejamento

Unidade Orçamentaria: 15.06 - Agencia Municipal de Transporte e Transito

15.452.200 – Programa de Aperfeiçoamento dos Serviços Urbanos Ofertados

2.026 – Coordenação das Atividades de Transporte e Trânsito

33.90.32.05 – Material de Distribuição Gratuita

Fonte de Recurso: 1710000

## 14. OBRIGAÇÃO DAS PARTES

### 14.1 Constituem Obrigação da Contratada.

14.2 - Cabe á **CONTRATADA**, além das demais previstas neste Termo de Referência ou dele decorrentes:

14.3 - Cumprir fielmente todas as disposições estabelecidas neste Termo de Referência;

14.4 - Cumprir todos os prazos consignados e estabelecidos neste Termo de Referência;

14.5 - Independentemente da aceitação, garantir a boa qualidade do serviço, bem como efetuar a troca se apresentar problemas;

14.6 - Assumir integralmente a responsabilidade por todo o ônus decorrente da execução deste Contrato, especialmente com relação aos tributos (ICMS, ISS, taxas, outros) incidentes sobre o equipamento a ser fornecido;

14.7 - Entregar o produto ofertado, dentro dos prazos estabelecidos, de acordo com os requisitos de quantidade e demais condições, em conformidade com o disposto neste Termo de Referência;

14.8 - Instruir o fornecimento do produto deste Termo de Referência com as notas fiscais correspondentes, juntando cópia da solicitação de entrega e do comprovante do respectivo recebimento.

14.9 - Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

### 14.10 Constituem Obrigação da Contratante.

14.11 – Cabe á **CONTRATANTE**, além das demais previstas neste Contrato ou dele decorrentes:

14.12 - Comunicar a Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega do produto;

14.13 - Emitir nota de empenho;

14.14 - Informar à Contratada sobre a Nota de Empenho;

14.15 - Atestar a Nota Fiscal apresentada pela Contratada após conferir se o produto entregue corresponde à especificação descrita neste Termo;

14.16 - Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste;

*(Handwritten signature)*





14.17 - Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

14.18 - Efetuar o pagamento da Contratada em conformidade ao estabelecido no contrato;

Fls. 104  
Prot. 236/20  
Rub.  
Proc.

## 15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1 - Conforme art. 67 da Lei nº 8.666/93, Decreto nº 163 de 15 de Março de 2017, o fiscal de contrato é o servidor Daniel da Silva, Matrícula nº 44.621-8, Cargo Diretor Administrativo e Financeiro. O mesmo ira acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

15.2 – A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnica ou vícios redibitórios, e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Agetran ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.3 – São atribuições do fiscal do contrato.

a) Conferir o fornecimento da mercadoria, serviços ou produtos, em comparação as disposições estabelecidas, atestando sua entrega.

b) Supervisionar a execução do objeto contratual, garantindo que todas providencias sejam tomadas pra regularização de falhas ou defeitos observados.

c) Levar ao conhecimento da autoridade competente qualquer irregularidade encontrada, fora da sua competência.

d) Exigir da Contratada todas as providencias necessárias para a boa execução do contrato, garantindo que todas as providencias sejam tomadas para a regularização das falhas ou defeitos observados.

15.4 – O representante da Agetran anotara em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário para a regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos a autoridade competente para as providencias cabíveis.

## 16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 – Em caso de inexecução das obrigações contratadas, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas na fase licitatória ou de execução contratual, a Contratada estará sujeita às penalidades e sanções discriminadas na Minuta de Contrato.

## 17. VIGENCIA DO CONTRATO

17.1 – O instrumento contratual terá vigência contada a partir da data de sua assinatura e termino em 31/12/2020, com eficácia após a publicação de seu extrato na Imprensa Oficial do Município e poderá ter sua vigência prorrogada nos termos que dispõe o artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações.

## 18. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1 - O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias, se dará de modo parcelado, conforme solicitado através de Autorização de Fornecimento - AF e conforme entrega das mercadorias e após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o Art. 40, inciso XIV, alínea “a”, combinado com o Art. 73, inciso II, alínea “b”, da Lei nº. 8.666/93 e alterações;

18.2 - As notas fiscais deverão ser emitidas conforme as Autorizações de Fornecimento – AF, geradas por esta Agência.

*[Handwritten signature]*





18.3 – As notas fiscais deverão ser encaminhadas para esta Agência juntamente com as certidões exigidas dentro do prazo de validade.

- a) 03 (três) vias da AF (Autorização de Fornecimento) encaminhada pela Contratante, que deverão estar devidamente assinadas pela empresa em local apropriado;
- b) Nota fiscal gerada pelo fornecimento das quantidades de materiais entregues solicitados na AF, caso a quantidade entregue seja menor da requerida na AF pela Contratante, a Contratada deverá informar por escrito, os motivos de não entrega dos materiais solicitados, os quais serão analisados pela Secretaria requerente e posteriormente será informado à mesma sobre a decisão;
- c) Certidões Negativas de Débitos: da União (Secretaria de Receita Federal, INSS e FGTS), do Estado e Município (IPTU e ISS), Certidão Trabalhista. Todas as certidões deverão estar dentro do prazo de validade.

## 19. CONDIÇÕES DE REGISTRO DE PREÇO

19.1 – A Agencia Municipal de Transporte e Transito **não** adotara o sistema de registro de preço, para o serviço neste pretendido.

19.2 – Será adotado o Sistema de Registro de Preço? Sim ( ) Não (x)

## 20. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

20.1 – A contratação objeto deste Termo de Referencia será realizada por meio de procedimento licitatório, na modalidade pregão presencial, observando as normas e procedimentos administrativos da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 3.447, de 23 de fevereiro de 2005, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, Lei Complementar nº 331, de 03 de julho de 2017 e alterações e ainda Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

## 21. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERENCIA

21.1 – Por fim, registra-se que o presente Termo de Referência foi elaborado pela Servidora **Lucimara da Silva Stroppa**, matricula funcional nº 82771 - 1, na qual ratifica as informações nele contidas atestando sua veracidade, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, sendo submetido à consideração e aprovação pelo Ordenador de Despesa, bem como pela Procuradoria Geral do Município, visando assim à instauração do processo licitatório.

## 22. DA AUTORIZAÇÃO

22.1 – Com fundamento no art. 38 da Lei Federal nº 8.666/93, aprovo o presente Termo de Referencia e as justificativas apresentadas no apêndice “A” e autorizo o encaminhamento para abertura do processo licitatório.

Dourados MS, 08 de Maio de 2020.

Dalberto Cristovão Gonçalves Ribas Fujii  
**DIRETOR PRESIDENTE INTERINO – AGETRAN**



APÊNDICE “A”

Fls. 106  
Prot. E 236/20  
Rub. 2  
Proc. \_\_\_\_\_

JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO

O material solicitado faz-se em caráter de **URGÊNCIA**, uma vez que as referidas camisetas e bonés serão utilizados nas campanhas educativas no transido de Dourados, as camisetas destinam-se a distribuição aos servidores da Agetran, parceiros que farão parte do evento e distribuição gratuita para os participantes das palestras entre outros, dando assim uma maior visibilidade aos trabalhos de prevenção e educação durante o exercício de 2020.

Seguindo a obrigatoriedade estabelecida por lei federal através do Código de Trânsito Brasileiro.

*Art. 75. O CONTRAN estabelecerá, anualmente, os temas e os cronogramas das campanhas de âmbito nacional que deverão ser promovidas por todos os órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito, em especial nos períodos referentes às férias escolares, feriados prolongados e à Semana Nacional de Trânsito.*

*§ 1º Os órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito deverão promover outras campanhas no âmbito de sua circunscrição e de acordo com as peculiaridades locais.*

*§ 2º As campanhas de que trata este artigo são de caráter permanente, e os serviços de rádio e difusão sonora de sons e imagens explorados pelo poder público são obrigados a difundir-las gratuitamente, com a frequência recomendada pelos órgãos competentes do Sistema Nacional de Trânsito.*

*Art. 326. A Semana Nacional de Trânsito será comemorada anualmente no período compreendido entre 18 e 25 de setembro.*

Dourados MS, 08 de Maio de 2020.

Dalberto Cristovão Gonçalves Ribas Fujii  
DIRETOR PRESIDENTE INTERINO – AGETRAN





Fis. 107  
Prot. E 236/20  
Rub. 2  
Proc.

## APÊNDICE “B”

### MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURIDICA CONSTANTE DO INCISO IV DO ART 4º (redação dada pela Instrução Normativa RFB n.º 1.244, de 30 de janeiro de 2012) (Vide art. 3º da IN RFB n.º 1.244/2012).

#### Prefeitura Municipal de Dourados

(Nome da Empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº .....DECLARA à **Prefeitura Municipal de Dourados**, para fins de não incidência na fonte do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – **Simples Nacional**, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I. Preenche os seguintes requisitos:

- a) Conserva em boa ordem, pelo prazo de 05 (cinco anos), contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) Cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II. O signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à entidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei n.º 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei n.º 2.848 de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária ( art. 1º da Lei n.º 8.137, de dezembro de 1990).

Local e data

Assinatura do Responsável





Fls. 108  
Prot. E. 236/20  
Rub. 2  
Proc. \_\_\_\_\_

## APÊNDICE “C”

### 1. CÓDIGO DO ITEM NO CATMAT

Descrição	Quant/ unid.	Código Compras (N&A)	Unidade de Com- pras (N&A)
<b>CAMISETAS</b> - CAMISETA NA COR BRANCA, Camiseta confeccionada em malha PV na composição (67% poliéster / 33% viscose). A camiseta terá estampas em serigrafia de ate cinco cores digital frente e verso, nos tamanhos P, PP, M, G e GG, tamanhos 12 e 14.	250	56062	unidade
<b>CAMISETAS</b> - CAMINSETA NA COR AMARELA, Camiseta confeccionada em malha PV na composição (67% poliéster / 33% viscose). A camiseta terá estampas em serigrafia de ate cinco cores digital frente e verso, nos tamanhos P, PP, M, G e GG, tamanhos 12 e 14.	250	56063	unidade
<b>BONÉS</b> - BONÉS NA COR BRANCA, tecido tadel, de aba curva, fecho regulável e siregrafado na frente do lado direito e esquerdo.	400	56064	unidade
<b>BONÉS</b> - BONÉS NA COR CINZA, tecido tadel, de aba curva, fecho regulável e siregrafado na frente do lado direito e esquerdo.	100	56065	unidade

### 2. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO À ME/EPP/MEI E PREFERENCIA A LOCAIS E REGIONAIS

2.1 – A licitação é exclusiva para ME/EPP/MEI, conforme art. 1º da Lei Complementar Municipal nº 341/18.

Aplicável (x) Não Aplicável ( )

Justificativa: \_\_\_\_\_

2.2 Será Aplicada reserva de cota, conforme beneficio estabelecido no art. 62 da Lei Complementar Municipal nº 331/17.

Aplicável ( ) Não Aplicável ( x )

Justificativa: A disputa da cota principal será aberta à ampla participação.

2.3 Será exigida a subcontratação de ME ou EPP ou MEI, conforme estabelecido no art. 61 da Lei Complementar Municipal nº 341/18.

Aplicável ( ) Não Aplicável ( x )

Justificativa: \_\_\_\_\_

2.4 Será concedida margem de preferencia para MPE sediadas local ou regional a esta licitação, conforme beneficio estabelecido no art. 67 da Lei Complementar Municipal nº 331/17 e alterações .

Aplicável ( x ) Não Aplicável ( )

Justificativa: Tendo em vista outras licitações realizadas anteriormente pela Agetran com empresas locais, sendo as mesmas capacitadas, com acesso mais fácil e ágil, por serem de dentro da cidade, facilidade na

*P*



execução e fornecimento do serviço, agilidade e rapidez em caso de necessidade de reposição ou substituição de serviços, e por ter varias na mesma demanda de serviços sempre dentro dos critérios exigidos por lei.

Dourados MS 08 de Maio de 2020.

Dalberto Cristovão Gonçalves Ribas Fujii  
**DIRETOR PRESIDENTE INTERINO – AGETRAN**